

Comunicado ao Mercado

Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2014, de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS

Apresentamos abaixo as diferenças entre nossas demonstrações contábeis em BRGAAP¹ e no padrão contábil internacional – IFRS. Destacamos que a principal diferença no resultado e no patrimônio líquido refere-se às provisões para crédito de liquidação duvidosa que em IFRS utilizam o conceito de perda incorrida e em BRGAAP de perda esperada.

As demonstrações contábeis consolidadas completas em IFRS, referentes ao primeiro trimestre de 2014, estão disponíveis em nossa página na internet: www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores.

Comparativo BRGAAP¹ e IFRS

R\$ milhões

Balanco Patrimonial

	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS
	31/mar/2014			31/dez/2013		
Ativos Totais	1.107.376	(82.091)	1.025.285	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Disponibilidades, Compulsórios, Aplic. Dep. Interfinanceiros e no Mercado Aberto, Ativos Financeiros e Derivativos ³	552.590	(30.305)	522.285	550.837	(25.797)	525.040
Operações de Crédito	408.291	31	408.322	412.235	(533)	411.702
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ⁴	(25.042)	3.766	(21.276)	(26.371)	4.136	(22.235)
Outros Ativos Financeiros ⁵	88.785	(42.040)	46.745	94.183	(46.591)	47.592
Ativos Fiscais ⁶	43.005	(8.635)	34.370	44.750	(10.008)	34.742
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, Ágio, Imobilizado, Ativos Intangíveis, Bens Destinados a Venda e Outros Ativos	39.747	(4.908)	34.839	30.087	369	30.456
Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.023.284	(83.486)	939.798	1.022.794	(79.689)	943.105
Depósitos	278.208	-	278.208	274.383	-	274.383
Captações no Mercado Aberto ³	288.616	(29.777)	258.839	292.179	(25.497)	266.682
Passivos Fin. Mantidos para Negociação, Derivativos, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais	192.333	936	193.269	194.238	969	195.207
Outros Passivos Financeiros ⁵	97.045	(41.504)	55.541	107.329	(46.055)	61.274
Reservas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	104.595	-	104.595	102.055	-	102.055
Provisões e Outros Passivos	52.271	(6.039)	46.232	40.263	(553)	39.710
Obrigações Fiscais ⁶	10.216	(7.102)	3.114	12.347	(8.553)	3.794
Total do Patrimônio Líquido	84.092	1.395	85.487	82.927	1.265	84.192
Participação dos Acionistas não Controladores	1.919	(913)	1.006	1.903	(934)	969
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores ⁷	82.173	2.308	84.481	81.024	2.199	83.223

¹ O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;

² Decorrentes de reclassificações de ativos e passivos e demais efeitos da adoção das normas do IFRS;

³ Decorrente da eliminação de operações entre a controladora e os fundos exclusivos (principalmente fundos PGBL e VGBL), que são consolidados com base nas normas do IFRS;

⁴ Aplicação do critério de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme modelo definido no IFRS;

⁵ Diferença na contabilização, principalmente da carteira de câmbio, que passou a ser tratada como efeito líquido entre Ativos e Passivos;

⁶ Diferença na contabilização, principalmente dos impostos diferidos, que passaram a ser tratados como efeito líquido entre Ativos e Passivos em cada uma das empresas consolidadas.

⁷ A Conciliação do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores está demonstrada na próxima tabela.

Seguem abaixo os quadros com a conciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido, com a descrição conceitual dos principais ajustes.

Conciliação

R\$ milhões

Ajustes	Patrimônio Líquido 31/mar/2014	Resultado		
		1ºT/14	4ºT/13	1ºT/13
BRGAAP - valores atribuíveis aos acionistas controladores	82.173	4.419	4.646	3.472
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.988	94	456	133
(b) Ajuste a mercado de ações e cotas	80	-	-	-
(c) Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	802	(4)	(7)	(6)
(d) Variação Cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	-	-	(30)	(74)
(e) Taxa efetiva de juros	(311)	17	19	62
(f) Outros ajustes	298	126	17	(16)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.549)	(101)	(191)	(90)
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores	84.481	4.551	4.910	3.482
IFRS - participação dos acionistas não controladores	1.006	50	38	8
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores	85.487	4.601	4.948	3.490

Diferenças entre as Demonstrações Contábeis em IFRS e BRGAAP

- (a) No IFRS (IAS 39), as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida). No BRGAAP, é utilizado o conceito de Perda Esperada⁸.
- (b) No IFRS (IAS 39 e 32), as ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.
- (c) No IFRS, foi reconhecido o efeito da contabilização a valor justo da aquisição de participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.
- (d) No IFRS (IAS 21), a variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, em que a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) difere do Real, passou a ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período. Até 2013, para o BRGAAP, a Variação Cambial de investimento no Exterior (Moeda Funcional diferente do Real) e a variação cambial dos hedges desses investimentos transitavam pelo resultado do período. A partir de 2014 essas variações cambiais passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, não havendo portanto mais diferença de tratamento entre BRGAAP e IFRS.
- (e) No IFRS (IAS 39) os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, que consiste em apropriar as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação. No BRGAAP, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- (f) A composição dos Outros Ajustes se dá, principalmente, pela diferença na elegibilidade de operações de Hedge de Fluxo de Caixa para fins de IFRS e pela reversão das Amortizações dos Ágios do BRGAAP.

⁸ Maiores detalhes nas Demonstrações Contábeis Completas do primeiro trimestre de 2014.

Para fins de comparabilidade, apresentamos no quadro abaixo o Resultado e o Resultado Recorrente para o IFRS e BRGAAP.

R\$ milhões

Resultado Recorrente	1º T/14			4º T/13			1º T/13		
	BRGAAP	IFRS	Variação	BRGAAP	IFRS	Variação	BRGAAP	IFRS	Variação
Resultado - atribuível aos acionistas controladores	4.419	4.551	132	4.646	4.910	264	3.472	3.482	10
Exclusão dos eventos não recorrentes	110	110	-	34	34	-	40	40	-
Programa de Pagamento e Parcelamento de Tributos - Lei nº 12.865/13	-	-	-	(508)	(508)	-	-	-	-
IRB - Alteração no Critério de Reconhecimento do Investimento ⁹	-	-	-	(131)	(131)	-	-	-	-
COFINS ¹⁰ / Provisão para perdas sobre prejuízo fiscal - Porto Seguro	60	60	-	(272)	(272)	-	-	-	-
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável ¹¹	-	-	-	239	239	-	-	-	-
Provisões ¹²	41	41	-	648	648	-	40	40	-
Fiscais e Previdenciárias	-	-	-	276	276	-	-	-	-
Ações Cíveis	41	41	-	372	372	-	40	40	-
Amortização de Ágio Credicard	42	42	-	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - IRB ¹³	(33)	(33)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	58	58	-	-	-	-
Resultado Recorrente - atribuível aos acionistas controladores	4.529	4.661	132	4.680	4.944	264	3.512	3.522	10

⁹ Efeito da mudança no critério de reconhecimento de nosso investimento no IRB Brasil Resseguros S.A. para o método de equivalência patrimonial, por termos atingido grau de influência significativo nas decisões da entidade legal.

¹⁰ Efeito da decisão favorável sobre a discussão da legalidade da incidência de COFINS para sua natureza de operação, no Supremo Tribunal Federal (STF), proporcional à nossa participação na empresa.

¹¹ Em 2013, composto principalmente pela redução ao valor recuperável de ativos.

¹² Aprimoramento de critérios que determinaram a constituição de provisões para riscos diversos.

¹³ Efeito da decisão favorável na tese de alargamento da base de cálculo de PIS/COFINS do IRB do Brasil Resseguros S.A.

As tabelas deste comunicado apresentam os números em milhões, no entanto, as variações e somatórios foram calculados utilizando números em unidades.

São Paulo, 29 de abril de 2014.

Alfredo Egidio Setubal
Diretor de Relações com Investidores